DEMOCRACIA DE ROUSSEU A MARX E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Eixo: Marxismo do século XXI: Adeus à revolução?

Adriana Mota de Oliveira Sidou¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir o complexo da democracia, e a sua estreita vinculação com o princípio constitucional da gestão escolar democrática para educação, a partir de uma perspectiva marxista ontológica de análise. Iniciamos a abordagem apresentando a democracia a partir de três teóricos que defendem este princípio: Jean-Jacques Rousseau, Norberto Bobbio e Joseph Alois Schumpeter. Rousseau que defende o modelo de democracia direta, Bobbio e Schumpeter que defendem a democracia representativa. A seguir faremos uma análise do referido complexo a partir do referencial marxista ontológico, trazendo para a discussão autores como Karl Marx e seus percussores como Georg Lukács e Ivo Tonet; culminando com a relação entre democracia e gestão na educação sobre esta perspectiva. Como considerações preliminares, postulamos, com base em nosso referencial, que em uma sociedade para além do capital, não teremos democracia ou cidadania, haja vista pertencerem estas a um modelo de sociedade fundada no trabalho estranhado, mais sim uma sociedade em que os indivíduos se autodeterminem, uma sociedade de produtores livremente associados.

Palavras-chave: Democracia. Gestão. Educação.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the democracy complex, and its close ties with the constitutional principle of democratic school management to education, based on an ontological Marxist perspective of analysis. We begin to approach it presenting the idea of democracy from three theorists who defend this principle: Jean-Jacques Rousseau, Norberto Bobbio and Joseph Alois Schumpeter. Rousseau who supports the model of direct democracy, Bobbio and Schumpeter who defend representative democracy. Then we are going to analyze this complex assisted by the ontological Marxist referential, bringing to discussion authors such as Karl Marx and their precursors Georg Lukács and Ivo Tonet; culminating with the relationship between democracy and governance in education on this prospect. As preliminary considerations, we postulate, based on our referential, that in a society beyond capital, we will not have democracy or citizenship, considering they belong to a model of society based on alienated labor, but for sure a society in which the individuals self-determinate themselves, a society of freely associated producers.

Keywords: Democracy. Management. Education.

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO). amsidou@gmail.com.

Sobre a democracia direta de Atenas e Rousseau

Democracia, do grego “demos”, significa povo. Assim, convencionou-se dizer que, na democracia, é do povo o poder de tomar as decisões políticas, seja direta ou indiretamente, através de representantes eleitos. Historicamente, construíram-se várias formas de democracia, dentre as quais podemos destacar a representativa e a direta.

A democracia representativa é aquela em que o povo elege representantes que tomam decisões em nome daqueles que o elegeram. Na democracia direta, o povo expressa sua vontade por meio do voto direto em cada assunto particular.

O exemplo mais clássico da democracia direta foi a vivenciada em Atenas, onde, através de assembleias, eram tomadas todas as decisões políticas. Ela durou cerca de duzentos anos: dos séculos VI ao IV A.C. No entanto, essa participação só era permitida aos considerados cidadãos: pessoas do sexo masculino, com mais de dezoito anos e filhos de pai e mãe atenienses. Assim, podemos dizer que os direitos políticos eram permitidos a uma elite minoritária e, segundo a literatura, poucos eram os que de fato participavam das assembleias.

Rousseau² (1983), considerado pai da democracia moderna, defende a necessidade da democracia direta e formula as primeiras críticas à democracia representativa, pois, segundo ele, a soberania não pode ser representada.

Ele defende a participação direta como uma forma de democracia nas sociedades contemporâneas. Para ele, a participação tem um caráter educativo e constrói a hipótese de estado de natureza e estado civil. O estado de natureza é apresentado como um momento onde os seres humanos não tinham necessidade de se relacionar e não havia desigualdade, era um momento de ampla felicidade humana; momento este destruído após a instituição da propriedade privada e das leis.

Para Rousseau, igualdade e liberdade são valores fundamentais e a liberdade não existiria sem a igualdade. A liberdade individual, segundo Rousseau, só existe com a liberdade coletiva e a instituição pública criada com o pacto social seria a garantia dessa liberdade.

A desigualdade humana é, para Rousseau, o principal problema da organização política. Assim, ele defende a igualdade para existência da liberdade. Na sua perspectiva, os homens nascem livres e iguais, sendo escravizados pela modernidade civilizatória, condição

² Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

esta que deva ser superada por ocasião de um contrato onde os indivíduos estariam exercendo a liberdade de seres racionais submetidos às leis.

Rousseau não admite a representação da vontade de um cidadão, este defende a participação direta de todos os cidadãos nos atos legislativos a fim de garantir o bem comum.

A representatividade, segundo Rousseau, é absurda, originária de uma sociedade corrompida. Para ele, não pode haver democracia se as leis não forem ratificadas pelo próprio povo, assim ele defende que o Poder Legislativo jamais pode ser representado, admitindo que, no Poder Executivo, pode e deve sê-lo, já que sua função seria de executar o que a lei determina.

Rousseau aponta os limites da democracia representativa e propõe a participação popular como uma possibilidade dentro das exigências democráticas contemporâneas.

Alguns autores defendem que a democracia direta vivenciada na Grécia antiga é impraticável nas sociedades contemporâneas, não só pela inviabilidade de reunir toda a população em um único lugar, mas, sobretudo, porque poucos se dispunham a deixar suas atividades para discutir política toda semana.

A democracia defendida por Rousseau é baseada na participação direta dos indivíduos, no entanto a evolução da sociedade moderna teria tornado essa teoria inviável, Bobbio por exemplo, advoga ser inviável a participação direta nas sociedades cada vez mais complexas como são as modernas sociedades industriais. Na verdade o próprio Rousseau detinha a compreensão de que: “Rigorosamente falando, nunca existiu verdadeira democracia nem jamais existirá” (ROUSSEAU, 2014, p. 94).

Bobbio aponta o referendun como uma alternativa a ser utilizada em circunstâncias extraordinárias, destacando, ainda, que “Um sistema democrático caracterizado pela existência de representantes substituíveis é, na medida em que prevê representantes, uma forma de democracia representativa [...]” (BOBBIO, 1986, p.52).

Sobre a democracia representativa de Bobbio e Schumpeter

O regime democrático após a experiência ateniense ficou “esquecido” por mais de 200 anos até a recuperação dessa forma de governo com a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789). Agora, não mais uma democracia direta, mas representativa, pois, segundo os federalistas, esta era o único modelo de democracia viável nos estados modernos.

A representação é a primeira grande diferença entre a democracia antiga vivenciada em Atenas e a democracia moderna.

Em termos gerais, podemos dizer que a democracia representativa é hoje o modelo de democracia em uso nos países capitalistas, defendida por autores como Bobbio, quando este expõe o que ele chama de “definição mínima de democracia”, senão vejamos:

Afirmo preliminarmente que o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos (Ibidem, p. 18).

Segundo Bobbio (idem) “Todo grupo está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de prover a própria sobrevivência [...]” e para que essa decisão tomada por indivíduos seja aceita pelo grupo é preciso que ela seja baseada em regras, pelas quais se estabelecem quais indivíduos estão autorizados a tomá-las e com base em quais procedimentos.

Na democracia as decisões coletivas são “aceitas” quando aprovadas pela maioria dos que têm o poder de decisão. Segundo Bobbio, num regime considerado democrático, esse número deve ser dado ao maior número possível de pessoas e que estas tenham reais condições de escolher dentre as alternativas, garantido os direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc.

No que se refere à democracia representativa, Bobbio a define como uma alternativa possível dentro do regime capitalista, postulando que os problemas nela apresentados não se remetem ao tipo de democracia, mas da organização do Estado.

Merecem destaque os termos em que Bobbio articula à democracia, a efetivação de uma educação para cidadania:

Por fim, mais que uma promessa não cumprida, o ausente crescimento da educação para a cidadania, segundo a qual o cidadão investido do poder de eleger os próprios governantes acabaria por escolher os mais sábios, os mais honestos e os mais esclarecidos dentre os seus concidadãos, pode ser considerado com o efeito da ilusão derivada de uma concepção excessivamente benévola do homem como animal político: o homem persegue o próprio interesse tanto no mercado econômico como no político (Ibidem, p. 11).

Para Schumpeter, outro autor defensor da representatividade, a democracia é definida como “a livre competição pelo voto livre”, onde políticos disputam votos assim como, no mercado econômico, empresários disputam consumidores.

A teoria de democracia de Schumpeter (1984) se afasta tanto da teoria clássica quanto da marxista, descartando a ideia do “Bem Comum” propagada pela doutrina clássica assim como o alegado argumento marxista do socialismo indissolúvel casado com os valores democráticos. Este enfatiza a democracia enquanto método político.

Segundo Schumpeter, a teoria clássica define a democracia como “o arranque institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo” (SCHUMPETER, 1998, p. 129). Essa concepção considera que o povo tenha uma opinião definida e racional sobre todas as questões e que zelam por esta opinião elegendo representantes (políticos) que irão defendê-la.

Outra crítica de Schumpeter (idem) refere-se à soberania popular, pois, segundo ele, “o povo como tal nunca pode realmente governar ou dirigir”, eis que na verdade o que existe é o governo aprovado pelo povo.

Para Schumpeter (1984), uma das hipóteses que sustenta a democracia é que todo cidadão tem opinião e pode decidir sobre tudo. Nesta perspectiva, as pessoas deveriam saber exatamente o que precisam e desejam, embasados em observações e interpretações objetivas, o que na verdade não ocorre, tanto pelo fato de os indivíduos não estarem preparados para opinar em questões complexas como inflação, juros, etc.; bem como pelo fato de que muitas vezes suas opiniões sobre diferentes temas são fruto do senso comum, facilmente manipuladas pela mídia.

Democracia na perspectiva marxista-ontológica

Lukács ao fazer uma análise sobre a democracia ressalta o fato de que as teorias políticas influenciadas ideologicamente pela ciência natural consideram como realidades as formas estatais, as forças e as tendências sociais apresentadas sob formas lógico-gnosiológicas de caráter universal. Ressalta este que estas orientações metodológicas facilmente se convertem em hábitos espontâneos, haja vista o pressuposto de que as mesmas sejam referendadas pelas tradições, a exemplo de Aristóteles e Rousseau que consideram a democracia como forma ideal adequada, exatamente por tratá-la nestes termos universais.

Já para o marxismo ontológico, os fenômenos sociais devem ser estudados a partir de sua raiz, analisando o fenômeno como um complexo de complexos, cuja matriz se encontra no trabalho, no processo de transformação da natureza para satisfação das necessidades humanas. De modo que o complexo da democracia deve ser analisado, igualmente, em sua gênese, desenvolvimento e o lugar que assume no processo de reprodução social. Há que

levar-se em consideração as particularidades do momento histórico em tela, as condições objetivas, enfim, toda a dinâmica social na quais está envolvido o fenômeno.

De fato, compreendemos que a democracia para ser entendida deva ser analisada enquanto um fenômeno histórico-social, em uma dada situação histórica concreta. A democracia do período grego, nesta perspectiva, não pode ser defendida como uma forma ideal universal, tendo em vista que ela pertenceu a um momento histórico determinado e que já não mais existe.

As referências sobre democracia até aqui apresentadas, como as de Schumpeter, Bobbio, Rousseau, dentre outros, que não se pautam pela perspectiva ontológica, se baseiam em análises que não conectam base economia e democracia, nem tão pouco fazem uma análise de caráter histórico desta conformação social no dado período, mas, ao contrário, se apoiam quase que somente em classificações naturalistas (tamanho do Estado) ou em considerações jurídicas (quem é o cidadão) e, talvez por isso, haja uma defesa deste ou aquele modelo de democracia sem analisá-lo enquanto um fenômeno histórico ligado às exigências postas pelo processo de reprodução social.

Marx, ao analisar a democracia e seus princípios, não esquece de que a mesma está inserida em um contexto histórico, e se erige sobre uma base econômica, fundada no trabalho estranhado e na propriedade privada:

A comunidade – como um estado – passa a ser, por um lado, a relação recíproca entre estes proprietários privados livres e iguais, sua aliança contra o mundo exterior – e, ao mesmo tempo, sua garantia. A comunidade baseia-se, aí, no fato de seus membros serem trabalhadores proprietários, pequenos camponeses que cultivam a terra; mas, igualmente, a independência destes consiste em seu mútuo relacionamento como integrantes da comunidade, sua defesa do *ager publicus* (terra comum) para as necessidades comuns, para a glória comum, etc. Ser membro da comunidade continua sendo condição prévia da apropriação da terra mas, na qualidade de membro da comunidade, o indivíduo é um proprietário privado. Sua relação com sua propriedade privada é ao mesmo tempo uma relação com a terra e com sua existência enquanto membro da comunidade – sua manutenção como membro da comunidade significa a manutenção da própria comunidade e vice-versa, etc. Como a comunidade – que não é, aqui, meramente um produto “de facto” da história, mas, algo de que os homens têm consciência como tal – tem portanto, uma origem, temos a condição prévia da *propriedade* da terra, vale dizer, da relação entre o sujeito que trabalha com as condições naturais de seu trabalho como algo que lhe pertence. Mas este “pertencer” é mediado por sua existência como membro do Estado, pela existência do Estado – portanto, por uma condição prévia encarada como divina, etc.(MARX, 1985, p. 70).

Ao analisar a democracia vivenciada na Grécia Antiga Marx (1985), ressalta o fato de que o cidadão e suas tarefas democráticas estavam intrinsecamente ligados à sua vida econômica. Com a destruição da base econômica – alicerce daquela sociedade ocorre também o fim da democracia da polis.

Segundo Lukács, foi Marx quem enunciou o fundamento daquela autodissolução, apontando a escravidão como a base de sustentação daquela democracia, pois detinham direitos de cidadão somente aqueles que possuíam terra, proprietários, estes pertenciam a polis, e participavam do regime democrático. A divisão do trabalho e da propriedade era, pois, o fundamento de toda a democracia da polis.

Lukács (2008) alerta, no entanto, que, mesmo com a nova formação política a partir da Revolução Francesa, os princípios democráticos acolheram no plano intelectual muito do modelo da democracia da polis grega, apesar de no plano socioeconômico encontrarem-se no polo oposto, destacando também que Marx já apontava que liberdade e igualdade eram expressões ideológicas pertencentes à essência da democracia moderna, podendo no plano ideológico assumir formas bastante diferentes, ainda que no plano socioeconômico, estas não só sejam respeitadas como valores de troca, como se constituam a base de toda igualdade e liberdade.

Para compreendermos o papel da democracia no limiar da sociedade burguesa, passamos a entender em que contexto esse complexo voltou a ser defendido e sob quais particularidades socioeconômicas.

Com o advento da sociedade burguesa e o fim do período medieval, os homens alcançaram a chamada emancipação política, ao “[...] transformar o indivíduo, centrado nos seus interesses particulares e por isso contraposto aos outros homens, em cidadão, em homem público cujo centro de gravitação é o bem comum [...]” (TONET, 2002, p.1), esta mediação ocorre através do Estado político, espaço em que operam as relações de indivíduos enquanto membros da sociedade civil.

Lukács (2008) na esteira de Marx ressaltou o fato de que após a Revolução Burguesa a vida do cidadão se diferenciou da vida do homem; separando o homem em dois: o cidadão-servidor dos direitos humanos, e o homem-membro da sociedade burguesa.

Como sabemos, ao analisar a questão judaica, Marx (2010) empreende uma importante reflexão acerca da relação entre emancipação política e religião, esclarecendo que, o que aí estria em questão é a relação entre a emancipação política e a emancipação humana: quando o Estado, por exemplo, se emancipa da religião, ou seja, não se declara sob essa ou aquela religião, temos a emancipação política.

Explicita Marx (2010, p.38):

A emancipação *política* (grifo do autor) em relação à religião não é a emancipação já efetuada, isenta de contradições, em relação à religião, porque a emancipação política ainda não constituiu o modo já efetuada, isento de contradições, da emancipação humana.

Para Marx o limite da emancipação política se concebe no fato de o Estado poder se libertar de uma determinada limitação sem que o homem fique livre dela.

No caso da religião, por exemplo, o homem pode se libertar politicamente através do Estado livre, que não se processa religioso, no entanto o homem pode continuar religioso, porque continua religiosamente condicionado, ou seja, este homem precisa do instrumento religião para expressar a sua divindade.

A emancipação política representa o homem em sua vida dupla: uma enquanto membro da comunidade política, atuando como um ente comunitário e outra como membro da sociedade burguesa, atuando como pessoa particular.

A emancipação política de qualquer mediação ocorre quando esta é banida do direito público passando para o direito privado.

Os direitos humanos como os direitos do cidadão são direitos políticos, pois são exercidos somente quando estamos em sociedade, sendo seu conteúdo constituído pela participação na comunidade política.

Na esteira de Marx, Ivo Tonet (2002) aponta que a emancipação política por mais plena que seja é sempre parcial, contraditória e limitada, pois os indivíduos tornam-se formalmente iguais, no entanto, as bases da sociedade civil, matriz dos males sociais, não foram modificadas.

A emancipação, durante muito tempo, foi muito mais um sonho que uma possibilidade real, o próprio Marx reconhecia ter esta atingido as condições reais objetivas de efetivar-se somente com a introdução do modo de produção capitalista, apontando a revolução francesa como um grande passo nessa direção.

A revolução francesa representou o fim do obscurantismo e a possibilidade de o homem assumir-se enquanto sujeito da história. Um projeto burguês que, apesar de ter representado um grande avanço para a humanidade, possui limites inelimináveis como, por exemplo, a apropriação da riqueza por um pequeno número de pessoas. Os próprios Direitos Humanos: liberdade, segurança e propriedade, proclamados pela Revolução Francesa, demonstram esta limitação.

Democracia e educação: velhos e novos compromissos

A democracia é uma categoria muito presente nos escritos relacionados à educação, Carneiro Leão (1939), por exemplo, em um dos primeiros trabalhos publicados sobre a administração escolar no Brasil, faz uma relação entre o modelo de educação e o regime de governo: autoritário ou democrático, ressaltando o mesmo que a educação mantém com este estreita relação. Anísio Teixeira (2007) defende o Estado democrático como aquele que, por excelência, vai livrar a educação do absolutismo do Estado ou da intolerância de outras instituições, “essencial ao desenvolvimento e progresso da sociedade e da educação” (TEIXEIRA, 2007, p. 56).

A democracia foi um princípio defendido, sobretudo no Brasil, na década de 80, no movimento conhecido como diretas-já, um período marcado pela luta em torno da democracia a nível internacional que alcançaria inclusive os países do Leste Europeu – Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia.

Vale ressaltar que a democracia, bandeira de luta da corrente progressista da educação, ganhou “status de política pública” após a promulgação da Constituição de 1988 e, posteriormente, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996.

A década de 1980 foi marcada, entre outros, pelo fim do regime militar e pela expectativa de democratização do Estado brasileiro. Nesse período, foram organizados conselhos populares, manifestações de rua, greves, movimentos sociais que lutavam contra o autoritarismo e o centralismo. Na educação, surgem propostas de superação destas relações, por formas participativas, democráticas e autônomas entre gestores, alunos e comunidade, através das propostas da gestão democrática das escolas públicas brasileiras, referendadas pela LDB 9.394/96, PNE 2001, dentre outros.

A categoria democracia se coaduna à educação por duas vias: formar o cidadão para viver em um regime democrático e ser esta própria organizada sob forma democrática, sendo esta última vivenciada no Brasil sob a forma de uma gestão democrática.

Por “gestão escolar democrática” entende-se, assim, o estabelecimento de relações de igualdade em função da socialização do poder de decisão, supondo na direção da escola, órgãos máximos colegiados, compostos de vários segmentos organizados da comunidade escolar: professores, alunos e funcionários, pais e representantes de organizações da sociedade civil, ligados à escola pública.

Conceitos como descentralização e autonomia são vieses desta perspectiva, amplamente divulgados pela ideologia dominante, sendo objeto de questionamento quanto a sua viabilidade dentro do modelo atual de sociedade. Segundo Vieira, no Brasil, a pseudo descentralização não passou de políticas de descontração que delegam determinadas funções à comunidade local, mantendo centralizadas decisões de cunho pedagógico, administrativo e financeiro, “[...] camuflando de fato sua base centralista e autoritária e o processo de desobrigação do Estado de seu papel de mantenedor da escola pública” (VIEIRA, 2004, p.47).

Com efeito, a descentralização dentro do contexto educacional mundial tem sido constantemente defendida por educadores e/ou governos, tanto de esquerda quanto de direita, sob alegativa de democratizar as relações de poder no interior da escola.

O discurso democrático tem influenciado, inclusive, muitos pensadores brasileiros da área da educação que se identificavam com a luta da classe trabalhadora e pensavam em uma educação capaz de contribuir para a transformação revolucionária da sociedade. Estes educadores passaram a substituir a articulação entre educação e revolução, pela articulação educação e cidadania/democracia, formando a chamada esquerda democrática ou via democrática para o socialismo.

Como bem explicita Tonet (op.cit, p.8),

De lá para cá, falar em educação cidadã, em educação para cidadania, em escola cidadã, tornou-se mais ou menos lugar comum, dando por suposto que cidadania era sinônimo de liberdade. O que significaria que, para as classes populares, lutar pela cidadania não seria lutar por uma forma determinada de liberdade, nem sequer por uma mediação para a efetiva liberdade, mas pela liberdade *tour court*.

É nessa perspectiva neoliberal que hoje encontramos o regime democrático. No que se refere à educação, muitos são os argumentos em prol da democratização da gestão escolar, garantida superficialmente pela legislação, mas não referendada através de políticas que garantam a descentralização do poder dentro da escola.

O momento que antecede a implantação da gestão democrática da escola fora momento de grande agitação política, um momento em que as forças sociais, acompanhadas pelos intelectuais, reivindicavam maior participação nas decisões políticas e assim concebemos a gestão democrática nas escolas como meio oportuno de encontro dos ideais neoliberais como as urgências pedagógicas de maior participação reivindicada pela bandeira progressista da educação.

No entanto, como bem nos alerta Bosco (2004), esse modelo não contribui para o rompimento da burocratização presente na educação e os preceitos presentes nas políticas participativas, descentralizadoras e de autonomia do período fundamentavam-se no controle social. Não é demais ressaltarmos, com base no referencial marxista ontológico, que esse modelo de administração ou gestão da educação não pode romper com o modelo de sociedade, haja vista o grau de dependência ontológica e autonomia relativa (e nunca absoluta) que se opera entre a educação e a política e o complexo fundante da práxis social que é o trabalho.

Dada a sua posição onto-histórica no processo de reprodução do capital, não se poderia esperar que o Estado se pautasse pela perspectiva crítico-revolucionária. Assim sendo, em consonância com as demandas postas pelo capital, o governo brasileiro defende em documento publicado em a Reforma do Aparelho do Estado alegando este ser o Estado incapaz de “[...] atender com eficiência a sobrecarga de demandas a ele dirigidas, sobretudo na área social. A reforma do Estado não é, assim, um tema abstrato: ao contrário é algo cobrado pela cidadania [...]” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1995, p.10). O referido documento aponta a reconstrução do Estado, como medida de solução para crise, através da reforma, que visa dentre outros o resgate de sua autonomia financeira e sua capacidade de programar políticas públicas.

Segundo TONET (2002), diversos fatores como a supressão das liberdades democráticas nos países ditos socialistas, bem como o grau de complexidade que atingiu a sociedade capitalista dos países ocidentais, incluindo-se aí as instituições democráticas e os direitos do cidadão, que nesta quadra histórica não permitiriam a supressão de sua liberdade por uma ditadura, mesmo que representasse a classe trabalhadora; levaram à formação da chamada esquerda democrática.

Os conceitos de história, socialismo, revolução, partido, Estado, cidadania, democracia, foram, segundo Tonet (2002), revisados. E sobre esse contexto teóricos apoiaram-se em referenciais marxistas muito conhecidos como Gramsci³, dentre outros e lançaram as bases para o caminho do socialismo que não incidiria na revolução, nem na supressão das liberdades democráticas.

O conceito de via democrática passa em grande medida a ser defendido por grande parte dos teóricos, que abandonam a centralidade do trabalho e da revolução, passando a

³ Advoga Petras (2003), nesse sentido, que a obra de Gramsci foi vítima de severas deturpações antirrevolucionárias.

defender o espaço democrático não como meio, mais como objetivo a ser perseguido rumo ao espaço de autoconstrução da humanidade efetivamente livre.

Foi nessa quadra histórica que educadores brasileiros comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, e que pensavam em um modelo de educação que contribuísse para uma transformação revolucionária da sociedade, também em grande medida, abandonaram esta luta e agora passaram a articular educação/cidadania/democracia.

A democracia passa a ser defendida por grande parte das correntes filosóficas - afinal quem seria contra a democracia? No entanto, ressaltamos que este princípio, apesar de sua importância, tem os seus limites estruturais, conforme já expusemos anteriormente.

Os acontecimentos acima descritos ocorreram no período já identificado por Mészáros como marcado pela crise estrutural do capital, que, segundo o mesmo autor, tivera início no final da década de 1960 e que, em grande medida, arregimentara o projeto de gestão democrática para a educação, alinhando pensamento dos teóricos da educação com os objetivos de reestruturação do capital em crise.

E assim concordamos com Tonet (2005) quando este afirma que a contribuição mais importante que a educação pode oferecer para a transformação desta sociedade é exercendo seu papel específico da melhor maneira possível, isto consiste em propiciar, aos indivíduos, a apropriação dos conhecimentos acumulados pela humanidade, permitindo que o indivíduo se constitua como um ser pertencente ao gênero humano não se esquecendo da importância da articulação destes conhecimentos com a prática revolucionária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar na democracia enquanto solução para os problemas da sociedade é esquecer o caráter fundante que o capital tem em relação à democracia, atribuindo-lhe, portanto um poder que ele não tem, pois conforme tudo o que foi exposto acima, compreendemos que, ao encontrar na democracia a solução definitiva para os problemas sociais, estamos pensando na perspectiva da emancipação política e não da emancipação humana, uma vez que, como já afirmava Marx em *A questão judaica*, a emancipação política não representa a emancipação já efetuada, livre de contradições.

Os liberais assim como a chamada esquerda democrática defendem que hoje não é mais possível a luta em prol da dissolução do sistema capitalista, da divisão da sociedade de classes, para estes já nem existe mais a discussão em torno das classes e o conhecimento do

real não é algo que se possa alcançar devendo o homem se contentar em estudar os fenômenos. Se não é possível romper o sistema, então se caminha na perspectiva de reformá-lo, se não é possível alcançar a sociedade emancipada, conforme defendida por Marx, vamos restaurar o princípio democrático como meio pelo qual o homem garantirá a luta pelos seus direitos.

A emancipação humana defendida por Marx é algo completamente diferente, esta pressupõe a instauração de uma comunidade verdadeiramente humana, que, por sua vez, depende da realização de uma revolução social, um ato político, que enseja a destruição da velha estrutura, uma transformação social a partir da raiz que é a sociedade civil.

Concebemos assim que a discussão fundamental não deveria se dar em torno de democracia ou ditadura, como querem os liberais, mas entre democracia (liberdade formal) e emancipação humana (liberdade real).

Quando colocamos os problemas da escola, na gestão e a gestão democrática como solução, estamos negando o princípio da totalidade cuja matriz é a economia. Para Marx, no entanto, esse modo particular de entender os fenômenos sociais é o ponto de vista de uma classe cujo horizonte é limitado, à classe burguesa, que “precisa” encontrar na política a causa, como também a solução para os problemas sociais, afinal admitir a categoria da totalidade, e o trabalho como raiz ontológica do ser social, seria admitir a classe burguesa como responsável fundamental pelos males sociais.

E assim compreendemos com base nas leituras de Marx e, com o apoio imprescindível de Tonet, que, numa sociedade emancipada, não haverá nem democracia nem cidadania, tendo em vista serem estas categorias pertencentes a uma determinada forma de organização social baseada no capital como fundamento. Teremos, para, além disso, uma sociedade em que os indivíduos se autodeterminem uma sociedade de produtores livremente associados.

BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1986.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro, v. 3, Editora Paz e Terra S/A, 1985.

_____. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Zur Judenfrage. São Paulo: Bointempo, 2010.

Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**: Câmara da Reforma do Estado. Brasília, DF: Planalto, 1995, p. 10. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/plandi. Acesso em: 15.01.2014.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. Disponível em www.ebookbrasil.org.br. In 29.01.2014.

SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, socialismo e democracia. In: AMANTINO, A. K. **Democracia: A concepção de Schumpeter**. Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, v. 5, n. 10, maio 1998.

TEIXEIRA, Anísio. TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia**: introdução à administração educacional. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

TONET, IVO. **Democracia ou liberdade**. Maceió, 2002, p.1. Disponível em www.ivotonet.xpg.com.br. Acesso em 30.03.2012.

VIEIRA, E. Democracia e política social. In: BOSCO, A et. al. **Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada**. São Paulo: Xamã, 2004.